

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.991 - SP (2019/0300694-9)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
EDUARDO FONTES DA SILVA - MG145118
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RAFAEL ALCIDES CAPIOTO BARRA
PACIENTE : FABIANO BARBOSA DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Os pacientes alegam sofrer coação ilegal, em decorrência de acórdão prolatado pelo Tribunal *a quo*.

Depreende-se dos autos que os pacientes foram condenados à pena 5 anos de reclusão, em regime fechado, mais multa, pela prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei de Drogas.

Busca-se, por meio deste *writ*, seja: **a) aplicada em 2/3 a minorante prevista no § 4º do art. 33 da Lei de Drogas; b) fixado o regime inicial aberto e c) determinada a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.**

O pedido de urgência não comporta acolhimento.

A pretendida redução da reprimenda imposta aos pacientes, nos moldes em que delineados na impetração (com os consectários daí decorrentes – regime inicial mais brando e substituição da pena por restritivas de direitos), confunde-se com o próprio mérito do *writ*, em evidente caráter satisfativo, de modo que a caracterização do aventado constrangimento ilegal deve ser analisado mais detalhadamente na oportunidade do seu julgamento definitivo.

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Devidamente instruídos os autos, dispense a solicitação de informações à autoridade apontada como coatora. Ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intuem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

